



ALIADOS, AMIGOS E DEFESA

Virgílio de Carvalho

ALIADOS, AMIGOS E DEFESA

A QUESTÃO DAS AMEAÇAS

A previsão das ameaças a um país constitui um problema particularmente difícil e sensível. Isto porque sendo uma ameaça, por definição, um produto de capacidade material pela intenção de a utilizar, são possíveis percepções e opiniões diversas, desde as mais cândidas às mais tendenciosas, que podem anular ou empolar o resultado.

Por isso é que, para fins de defesa, poderá ser mais aceitável e conveniente enveredar pela abordagem das vulnerabilidades dos países, dado que estas podem traduzir-se em riscos de exploração por antagonistas dos seus interesses para fins de ingerência, coacção, ou até de imposição de vontade pela força. Inclusivamente porque as estratégias dos países tendem a alinhar-se pelas suas preocupações principais. Este método tem ainda as vantagens de não limitar o conceito de ameaça à possibilidade de agressão militar e à existência de inimigos bem perfilados e identificados, e de encarar como forma de defesa a prudente e legítima adopção de medidas preventivas destinadas a minimizar aqueles riscos. É neste sentido, por exemplo, que a defesa militar autónoma dos países aparece como meio dissuasor e como instrumento de liberdade de acção, tomando como referência para a sua constituição mais a capacidade militar de presumíveis antagonistas e menos as suas hipotéticas intenções, e tendo em atenção que, no domínio das relações internacionais, são os interesses que costumam prevalecer, e não as amizades.

UM EXEMPLO DO CANADÁ

Em artigo publicado na revista «Survival» (Jan-Fev), do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, sobre uma doutrina de Segurança adequada ao Canadá, o autor — um professor do Centro de Relações Internacionais da «Queen's University» de Kingston, Ontário

— sustenta que o objectivo primário de tal doutrina deva ser a manutenção de controlo total e efectivo sobre o território do país (território propriamente dito, fronteira marítima ou «off shore», e espaço aéreo abrangente) para que os canadianos sejam livres de decidir por si próprios como governar-se. Quanto às ameaças ao exercício daquela soberania, nomeia duas, uma decorrente do expansionismo da URSS e dos seus aliados socialistas, e a outra resultante da legítima preocupação dos EUA com a segurança do continente norte-americano que poderá levar este país a oferecer ajuda militar que os canadianos não desejem, mas que não podem rejeitar por servir o interesse comum. Noutro passo sustenta que, para fazer frente à ameaça do vizinho do sul, que é simultaneamente o seu melhor amigo e protector não solicitado, o Canadá precisa de atribuir maior prioridade à defesa, para poder dispor de meios militares autónomos para aplicação da doutrina que preconiza, a qual designa por «Defense Against Help» (Defesa Contra a Ajuda). Esta doutrina recusa esquemas de defesa bilaterais EUA-Canadá, por apresentarem inconvenientes para o exercício da soberania nacional, preferindo-lhes a multilateralidade da NATO.

Registe-se que, no artigo em apreço, se relaciona a preservação da liberdade de manobra e da maneira de estar do Canadá no Mundo com o exercício de controle militar sobre o espaço geoestratégico do país (terra, mar e ar), e a noção de que a Defesa Nacional tem muito a ver com a preservação da identidade, da soberania e da independência nacionais, não exclusivamente contra ameaças directas de agressões militares em tempo de guerra, e não apenas contra inimigos. De notar ainda a preocupação expressa sem complexos quanto a esquemas bilaterais de defesa com vizinhos mais fortes, por poderem conduzir a limitações de soberania, e a consciência de que a defesa colectiva da NATO não só não dá resposta a todos os problemas de segurança militar dos seus membros, como ainda lhes pode criar alguns.

O CASO DE PORTUGAL

A identidade e a liberdade de acção de Portugal dependem, muito mais claramente do que para a maioria dos países, da soberania que for capaz de exercer sobre o seu próprio espaço geoestratégico, o que, por isso, deve constituir preocupação essencial a exprimir no seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Isto é assim porque a identidade e a liberdade de acção

de Portugal foram construídas à custa da penosa aquisição de potencial geoestratégico que lhe tem garantido uma existência «desiberizada» perante uma Espanha geograficamente envolvente do Continente, a qual começou com a expansão territorial para Lisboa-Alcácer, prosseguiu para o Algarve, e foi consolidada com a projecção para os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Quer isto dizer que Portugal, para poder manifestar-se geopoliticamente distinto do resto da Península Ibérica, e usufruir do poder negocial que o seu importante espaço geoestratégico lhe pode proporcionar, precisa de preservar a coesão e condição euro-atlântica do seu território, e de ter preocupações maiores do que os canadianos com o controlo do seu património geográfico, até porque há dois países amigos com os olhos nele. Um é naturalmente a Espanha, que não desdenharia assumir a direcção da gestão militar de todo o espaço ibero-atlântico a pretexto de segurança própria e do Ocidente, o que contribuiria para o reforço do seu poder negocial, à custa do apagamento do de Portugal. O outro são os EUA, onde se tende abertamente a ver nos Açores, não apenas um elemento da sua própria defesa militar em profundidade, mas ainda uma peça chave do socorro militar à Europa e a outras regiões onde corra risco a segurança do Ocidente pela qual têm a consciência de serem principais responsáveis.

INTERESSES E AMIZADES

O artigo canadiano em apreço mostra ainda que ter amigos e aliados, e boas relações com eles, não deve inibir um país que se preze de assumir inequívoca e abertamente a defesa dos seus interesses legítimos. Muito pior será cair em cedências e em situações ambíguas que acabarão por envenenar aquelas mesmas relações, mais tarde ou mais cedo, pelo facto de o Interesse Nacional não ter sido oportunamente acautelado. Assim, recusar-se a Madrid comandos militares unificados, ou concepções globalizantes da Península que levariam ao mesmo, a pretexto de apoiar logisticamente a defesa aliada contra ameaças empoladas ou hipotéticas do Leste ou do Norte de África, não é de forma alguma acção inamistosa ou chauvinista, nem atentatória de bom relacionamento, mas sim uma atitude defensiva indispensável e legítima. É que as concepções globalizantes da Península tenderiam a tornar o Continente num apêndice da Espanha e a isolá-lo das Ilhas, e a expor as parcelas continental e insular do território nacional ao controlo operacional de duas potências aliadas distintas, com prejuízo, no mínimo,

da coesão, da identidade e personalidade euro-atlântica de Portugal, as quais constituem pilares da sua independência e do seu poder negocial.

Insistir-se com a NATO e com os EUA para que os Açores passem do Comando norte-americano «WESTLANT», para se juntarem à Madeira e ao Continente no português «IBERLANT», constitui uma atitude conseqüente com a necessidade vital de preservação psicológica da coesão interterritorial e do poder negocial do País, o que os aliados e amigos de Portugal têm o dever, e até a conveniência, de compreender. Isto porque, se Portugal é hoje um país pequeno, a ele deve contudo o Ocidente Marítimo a sua própria existência, que resultou da tentativa, que foi a primeira, de corte com o pensamento geopolítico de orientação continental da Europa produzida pela circum-navegação da África pelos portugueses (Saul Cohen, em «Geography and Politics»). A Espanha e a Inglaterra apareceram depois de Portugal no mar, na sequência do desbravamento e da construção do império marítimo português, que se estendeu do Atlântico ao Pacífico. Aliados e amigos de Portugal não podem ignorar tudo isto (nem sequer têm razões de ordem militar válidas para o fazer), principalmente porque a gesta marítima portuguesa — sem par na História Universal — foi a sequência natural da competitividade, do espírito científico, da tecnologia, da arte militar naval, do espírito de aventura e do engenho que foram desenvolvidos pelo Povo Português para conseguir a viabilização geoestratégica do seu País. O Portugal euro-atlântico, como ponto de partida para o desbravamento do Ocidente Marítimo, é realmente um autêntico património histórico-cultural e geoestratégico do Ocidente Marítimo, cuja preservação deverá ser a última coisa a pôr em causa por um esquema de segurança do mesmo Ocidente.

A OPÇÃO ATLÂNTICA DE PORTUGAL

Portugal, como qualquer pequeno país periférico de grande importância geoestratégica para potências maiores, tem de ter preocupações especiais com a preservação das suas identidade, soberania e sobrevivência, até porque a parcela-mãe do seu descontínuo território se encontra encravada geograficamente entre a Espanha e o Atlântico. Por isso é que a Portugal convém, quando não dispõe de poder autónomo suficiente para seguir sozinho o seu caminho, como fez na época de ouro em que ele próprio foi a potência

marítima, correr um risco menor para se proteger de um maior. Daí a sua histórica propensão para se aliar para o lado do mar. Mas, porque o entendimento com a chamada potência marítima também comporta efectivamente alguns riscos, conforme bem o atesta a História nacional, justificam-se precauções do tipo «Defense Agains Help» quanto à chamada potência marítima. O que não quer dizer que deva procurar-se enveredar por este-reotipos, como neutralismos e outros que não tenham em conta o dever geoestratégico e histórico-cultural de Portugal de participar na defesa dos interesses comuns dos países ocidentais. Nem sequer neutralismos de Europas que, sonhando poder situar-se entre as duas superpotências, arriscam ajudar Moscovo a dividir e a perder o Ocidente.

NECESSIDADE DE DEFESA MILITAR AUTÓNOMA

Não parece pois lícito dizer-se que Portugal não corre hoje riscos que justifiquem um aparelho militar autónomo de certo desenvolvimento. Corre-os, como acontece com o Canadá, do Pacto de Varsóvia, e também de amigos e aliados. A participação na Aliança Atlântica responde quanto ao Leste. Mas quanto aos amigos e aliados, se Portugal não for capaz de assumir ele próprio as suas responsabilidades de segurança militar no âmbito da NATO no seu próprio território, e de exercer a presença e a vigilância que as necessidades de segurança colectiva justificam no seu importante espaço aeronaval em tempo de paz e de crise, correrá o risco de outros terem de se encarregar disso, com prejuízos graves para a soberania, identidade, coesão e poder negocial nacionais. Curiosamente, na revista «Naval Forces», II/84, em artigo subordinado ao título «Forças Marítimas para Potências Médias», um almirante britânico sustenta que uma aliança tem preços. E que, a menos que os interesses de um país coincidam sempre com os dela, poderão surgir problemas, pelo que precisará de conservar uma certa autonomia, não apenas no domínio militar, mas também no diplomático e no económico.

UM EXEMPLO DA ESPANHA

Não há apenas canadianos com preocupações quanto à preservação do usufruto do seu potencial geoestratégico de amigos e aliados. No artigo do Ten-Coronel de Infantaria Vasquez Carrillo «Reflexões sobre as Forças

Armadas Espanholas», publicado na «Revista General de Marina» de Junho de 84, pode ler-se: «A situação estratégica da Espanha é tal que, se forte, há-de representar no mundo um papel de primeiro plano e, se débil, há-de ser objecto de atenção dos fortes... não resta outra alternativa que procurar preencher o espaço em que temos de exercer a nossa influência... temos de contestar a arrogância do inglês e a habilidade do francês.»

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode esperar que os amigos e aliados tenham consciência plena, ou queiram mostrar tê-la, do que significa para Portugal a preservação da coesão do seu descontínuo território e o exercício de controle nacional sobre ele e sobre o seu espaço geoestratégico abrangente. E isto acontece em boa parte porque os países maiores, porque para eles tais problemas não se põem, têm natural dificuldade em entendê-los ou em atribuir-lhes importância. É aos portugueses que compete esclarecê-los devidamente, por exemplo através de acção atenta e persistente das suas representações civis e militares na Aliança Atlântica e nos países aliados e amigos, e da publicação regular de um Livro Branco de Defesa, um tipo de documento em que os países costumam divulgar o seu posicionamento quanto a questões de segurança nacional e internacional. É aos portugueses que compete não se deixarem cair imprudentemente em situações de dependência que limitem a sua liberdade de acção, nomeadamente nos domínios críticos das relações económicas, do abastecimento de energia, dos transportes terrestres e da defesa, entre outros.

Mas sublinhe-se que as medidas sugeridas não poderão ser completamente entendidas, nem ter a credibilidade e a eficácia desejadas se, entretanto, não existir e não for devidamente percebida uma vontade clara de defesa, fruto de uma filosofia nacional de segurança creditada por coerência com a realidade geoestratégica e com o sentido histórico de Portugal, a qual está tardando demasiado a ser recuperada. E, porque uma das manifestações mais evidentes da vontade de defesa dum povo consiste na sua determinação em manter uma capacidade autónoma de defesa militar, Portugal não pode prescindir de ter a sua, concebida em consonância com a referida filosofia nacional de defesa.

A solidariedade atlântica, e o bom entendimento entre os aliados, são certamente factores decisivos para uma guerra indirecta que pode perder-se

militar para uma hipotética guerra directa e a solidariedade aliada que pode ajudar a não perder a indirecta que a NATO tem realmente em mãos, será certamente prudente dar a preferência a soluções que não lancem aliados contra aliados. Sendo assim, no caso de a Espanha decidir, como conviria para reforçar a dissuasão, ingressar na estrutura militar da NATO, pareceria indicado que as áreas de comando atribuídas a Portugal e ao seu vizinho respeitassem a soberania nacional nos respectivos conjuntos territoriais e espaço abrangente, numa sã e inteligente perspectiva de complementaridade e multilateralidade, e jamais obedecessem a critérios geográficos teóricos sem conteúdo histórico e geopolítico. É que tais critérios seriam inaceitáveis para Portugal, por não ser curial que uma aliança de que é membro fundador lhe possa criar uma situação de subalternidade no próprio espaço geoestratégico que criou exactamente para lhe fugir.

Virgílio de Carvalho